



16391 - O Plano Camponês para a Soberania Alimentar e Energética numa perspectiva Agroecológica

The Peasant Plan for the Food and Energy Sovereignty in a perspective Agro-ecologic

CAMACHO, Rodrigo Simão¹

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas-MS; Programa Nacional de Pós-Doutorado – CAPES; E-mail: rogeo@ymail.com.

Resumo: Concebemos a Soberania Alimentar como um elemento fundamental que explicita a importância do campesinato. Neste contexto, temos como exemplo empírico de uma experiência dos Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), em Frederico Westphalen/RS, que atrela Soberania Alimentar e Soberania Energética como uma forma de produção alternativa ao modelo hegemônico degradante a natureza e ao ser humano engendrado pelo agronegócio. A organização deste projeto se dá numa perspectiva de interação equilibrada entre a produção de alimentos e a produção de energia, projeto esse que o MPA denominou de *ALIMERGIA*. Busca-se com este projeto a construção da Soberania Alimentar e a Soberania Energética concomitantemente. Esta experiência pode ser visualizada em um trabalho de campo feito em Frederico Westphalen/RS em 2010.

Palavras-chave: Campesinato, MPA, ALIMERGIA.

Abstract: We conceive the Food Sovereignty as an essential element that explicit the importance of the peasantry. In this context, we have as an empirical example of an experience of the Movement of Small Farmers (MPA), in Frederick Westphalen/RS, it links Food and Energy Sovereignty as a form of production alternative to the hegemonic model degrading nature and the human engendered by agribusiness. The organization of this project is on a perspective of equilibrated interaction between food production and energy production, project that the MPA has called of *ALIMERGIA*. It searches with this project the construction of Food Sovereignty and Energy Sovereignty concomitantly. This experience can be visualized in a field work done in Frederick Westphalen/RS in 2010.

Keywords: Peasantry, MPA, ALIMERGIA.

Introdução

Este texto tem o objetivo de mostrar a importância de uma experiência contra-hegemônica de produção de alimentos e de energia numa perspectiva agroecológica. Esta experiência que tenta romper com a lógica dominante, é a produção de alimento e energia do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Frederico Westphalen/RS, é o que estes denominaram de “ALIMERGIA”. Esta experiência pode ser entendida como um modo de produzir alternativo que visa estabelecer relações sociais e ambientais de maneira equilibrada, buscando a construção da Soberania Alimentar e Energética de maneira integrada.

O MPA é um movimento socioterritorial que surgiu do interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não como uma dissidência, mas como um



movimento com características distintas, sendo os dois movimentos integrantes da Via Campesina. O Movimento atua na tentativa de conscientizar as famílias do processo destrutivo para o campesinato que é a reprodução da lógica capitalista, construindo outro modelo de produção para manter as características da pequena propriedade camponesa com objetivo focado para a Soberania Alimentar. Construindo, então, o Plano Camponês que está assentado em dois pilares fundamentais: o primeiro é a garantia das condições para se viver no campo e o segundo são as condições para produzir no campo. Esta concepção traz a Agroecologia e a Soberania Alimentar inerentes ao desenvolvimento territorial rural como pontos fundamentais para reprodução do território camponês

A estrutura de sua cooperativa, a COOPERBIO (Cooperativa de Produção de Biocombustível) é formada por: Agrofloresta, Floresta Energética, Micro-Destilarias e Produção Agrícola Diversificada (policultura). Este conjunto forma os Agroecossistemas Complexos Camponeses. As micro destilarias podem trabalhar com a produção diversificada e o manejo em forma de um ciclo que procura degradar menos possível a natureza, com alta taxa de renovabilidade. A produção pode ser voltada para a cana-de-açúcar, batata doce, mandioca e sorgo sacarino. Essas micro destilarias ainda são capazes de produzir açúcar mascavo, melado, rapadura, cachaça, ração animal, adubo orgânico e álcool.

Metodologia

Fizemos a leitura e o debate em sala de aula de textos que refletiram acerca da questão dos movimentos socioterritoriais camponeses e da Soberania Alimentar e Energética ligada à produção de alimentos e biocombustíveis. Depois, fizemos um trabalho de campo relacionado à Disciplina “Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba”, ministrada pelos professores Bernardo Mançano Fernandes (FCT/UNESP), Angelina Herrera Sorzano e Federico Sulroca Dominguez (convidados da Universidade de La Habana), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. O trabalho de campo ocorreu entre os dias 24 e 25 de março de 2010, nos municípios de Frederico Westphalen (RS) e Caiçara (RS), para observar a estrutura da COOPERBIO e essa nova experiência produção camponesa. Neste trabalho de campo, fizemos uma reunião com Romário, Marcelo e Débora, membros da Direção Nacional e Estadual do MPA, em Frederico Westphalen (RS), nos dias 23 e 26 de março de 2010. Depois de terminado a primeira versão do texto escrita em 2010, o mesmo foi reformulado e acrescentado informações e discussões, ou seja, foi revisado e ampliado.

Resultados e Discussão

O MPA é um movimento camponês, que tem um caráter popular e de massas. Sua base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. Esse movimento busca resgatar a identidade e a cultura camponesas na sua



diversidade, dialogando com outros movimentos sociais em busca da construção de uma sociedade socialista (GÖRGEN, 2012).

O MPA é um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2005) que surgiu do interior do MST, não como uma dissidência, mas como um movimento com características distintas, sendo os dois movimentos integrantes da Via Campesina. Enquanto o MST tem a função principal de destruir territórios capitalistas e construir novos territórios (FERNANDES, 2005), o MPA tem a função de auxiliar na permanência do campesinato nos seus territórios evitando que sejam destruídos pelo capital. Tanto o MST Nacional, quanto o MPA em Frederico Westphalen (FW), tem quatro pilares principais como base: organicidade (direção nacional e estadual), formação política (base), produção (organização produtiva) e a luta (manifestações e ocupações) (CAMACHO; CUBAS, 2011).

A realidade da estrutura fundiária na região noroeste do Rio Grande do Sul – região de 63 municípios onde a COOPERBIO (Cooperativa de Produção de Biocombustíveis) atua – é baseada na pequena propriedade, onde as propriedades de 1 a 50 hectares representam, aproximadamente, 90% dessa distribuição total de imóveis rurais. O processo de colonização que tivemos no Rio Grande do Sul, a partir das famílias de origem europeia, desemboca na divisão do território em pequenas propriedades na região noroeste do estado, e isso influenciou a construção de outro tipo de luta (LEAL, 2007). São 58 mil propriedades agrícolas com até 100 hectares, e essa configuração territorial se desdobra na luta na terra. A relação território-mercado está muito mais sensível nessa conjuntura, pois, as famílias já tem a terra e precisam de estratégias para garantir o uso e ocupação do seu território de forma digna e que permita continuidade da vida ali.

Essa luta está relacionada à resistência e manutenção da propriedade camponesa, com vistas à produção de Alimentos e Energia no território camponês¹. Mas, também aparece fortemente no âmbito imaterial do próprio território, que é a disputa por políticas públicas que viabilizem o Plano Camponês². Além dessa disputa pelas políticas públicas, o MPA atua na tentativa de conscientizar essas famílias do processo destrutivo para o campesinato que é a reprodução da lógica capitalista, construindo outro modelo de produção para manter as características da pequena propriedade camponesa com objetivo focado para a Soberania Alimentar³. O Plano

¹ Compreendemos o campesinato como um modo de vida e uma classe social (SHANIN, 1983; WOORTMANN, 1990; OLIVEIRA, 1997; CAMACHO, 2014).

² O projeto original é o “Plano Camponês de Desenvolvimento”. Esse Projeto surgiu após um longo debate em Brasília, feito entre integrantes do MPA e estudiosos do tema que foi realizada entre 2004 e 2006. Desembocou num estudo sobre o campesinato no Brasil e um plano propositivo para o desenvolvimento territorial rural (um dos pontos principais para esse desenvolvimento era a Organização de Produção desvinculada da lógica do agronegócio).

³ Esses dados são fruto: da reunião com Romário, Marcelo e Débora, membros da Direção Nacional e Estadual do MPA, em Frederico Westphalen (RS), nos dias 23 e 26 de março de 2010; e do trabalho de campo nos dias 24 e 25 de março de 2010, nos municípios de Frederico Westphalen (RS) e Caiçara (RS), para observar a estrutura da COOPERBIO e essa nova experiência camponesa.



camponês está assentado em dois pilares fundamentais: o primeiro é a garantia das condições para se viver no campo e o segundo são as condições para produzir no campo:

O Plano Camponês tem dois pilares fundamentais: 1) condições para viver bem no campo (educação camponesa, moradia digna, espaços de esporte, lazer e cultura, saúde, vida em comunidade etc.); 2) condições para produzir comida saudável, respeitando a natureza, e para alimentar o povo trabalhador (crédito, assistência técnica, mecanização camponesa, sementes crioulas, comercialização, seguro agrícola, apoio para agroindústrias etc.). (GÖRGEN, 2012, p. 495).

Desse modo, “a produção de alimentos e culturas para produção de agrocombustíveis, de forma agroecológica, também é uma experiência em desenvolvimento pelo Movimento dos Pequenos Agricultores [...]” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011, p. 10). Para nomear essa experiência, o MPA criou um termo: “ALIMERGIA”. A partir desse paradigma, o movimento tem como principal meta: a produção de Alimentos e Energia, com Respeito ao Meio Ambiente, no interior do modo de produção camponês, entendendo o mesmo como uma célula, parte de um território, que tem relação com o todo (LEAL, 2007).

O plano camponês, baseado no conceito de ALIMERGIA, revoluciona com os pressupostos sociais vigentes no modo de produção e apropriação capitalista. A Soberania Alimentar⁴ passa a ser um conceito que participa concomitantemente com energia e reprodução do modo de vida camponês. Para esses camponeses, a Soberania Alimentar assevera que cada país tem o controle sobre o tipo de produção seja priorizada para sua população, de modo conjunto à produção agroecológica. É fundamental estabelecer a crítica na questão do desequilíbrio entre as necessidades da população e o que realmente se produz, onde se consome e quem ganha com essas amarras. Quando 45% da produção global em 2012 foram desperdiçadas, o que precisamos não é produzir mais, mas distribuir melhor, direcionar recursos para alimentos, além de planejar de maneira mais eficaz (WITTMAN, 2011; CAMACHO; CUBAS, 2011).

Métodos de produção sustentáveis e ecologicamente corretos, o movimento da soberania alimentar tem suscitado um interesse crescente em agroecologia, como uma abordagem multifuncional para produção de alimentos, que incorpora prestação sustento, conservação da biodiversidade e do ecossistema e do bem estar da comunidade. Com base na teoria da relação inversa entre o tamanho da propriedade e a produção agrícola total (Altieri 2009, 2010; Ishii-Eiteman 2009; Rosset 2008, 2009a), os proponentes da pequena escala no modelo de produção agroecológica de alimentos argumentam que a diversidade, aproveitamento social e ecológico pode levar a uma maior produtividade e resistência a vulnerabilidade

⁴ Nossa concepção de Soberania Alimentar, enquanto o direito de todos os povos de produzir seus próprios alimentos de maneira saudável, e a importância do campesinato para garantir este direito, está baseado em STEDILE (2007), THOMAZ (2007) e FERNANDES (2010).



social-ecológica e às mudanças climáticas. [...] A agricultura multifuncional existe para produzir certos serviços ecológicos com mais eficiência do que os sistemas de monocultura. Além disso, um estudo importante por Badgley et al. (2007) mostrou que os métodos de produção agrícola orgânica, vem exigindo maiores entradas de trabalho para produção de alimentos suficientes para satisfazer as necessidades alimentares atuais sem expandir a terra agrícola. A recente da literatura sobre agroecologia e o direito à alimentação (Nações Unidas, 2010) sugere que os pequenos agricultores podem dobrar a produção de alimentos dentro de uma década em regiões críticas usando métodos de produção agroecológica e pesquisas de biodiversidade agrícola indicam que a base do conhecimento agricultor indígena contribui para a segurança alimentar. (WITTMAN, 2011, p. 95).

O papel do camponês é fundamental na manutenção da vida do outro, porque ele produz para Soberania Alimentar e seu modo de vida produz equilíbrio social. Essa questão do desperdício levanta ao debate os aspectos relacionados à reordenação de hábitos alimentares; no que se refere aos aspectos nutritivos; a preservação cultural de produção e incorporação de novas técnicas; esquemas de circulação, fluxos e escoamento de produção e consumo; apropriação do produto pelo mercado; e especialmente, a reestruturação fundiária e de distribuição de riquezas e alimentos. Esta responsabilidade recai sobre o direito dos povos a construir, ou minimamente debater, as políticas públicas e fomentos necessários (CAMACHO; CUBAS, 2011).

Frei Sergio Antonio Görgen explica que existe um antagonismo no campo com relação à produção de agrocombustíveis. Enquanto no agronegócio a produção de agrocombustíveis coloca em risco a Soberania Alimentar, pois, leva a uma competição entre a produção de alimentos e de agroenergia, a produção camponesa com seu projeto de ALIMERGIA combina produção de alimentos e energia com proteção ao meio ambiente, por meio de uma produção diversificada e consorciada. Em suas palavras:

No Brasil, há dois modelos antagônicos de produção de agrocombustíveis: 1) o do **agronegócio**, de produção em grande escala e com a terra organizada em latifúndios, concentrando riqueza, com cada vez maior controle das empresas transnacionais, com monoculturas de cana e soja, gerando pobreza e fome, sem sustentabilidade ambiental e criando uma competição inaceitável entre produção de alimentos e energia; 2) o da **agricultura camponesa, voltado para a soberania alimentar e energética das comunidades camponesas**, combinando produção de alimentos e energia com proteção ao meio ambiente (**alimergia – alimento, meio ambiente, energia**), com produção diversificada e consorciada e sistemas industriais de multifinalidades, de pequeno e médio porte, descentralizados. (2012, p. 54, grifo nosso).

A ALIMERGIA é um novo conceito que implica na defesa simultânea da Soberania Alimentar e Energética a partir da formação de agroecossistemas complexos de



maneira integrada e harmônica aos ecossistemas locais. Este conceito representa um novo paradigma necessário para responder as necessidades humanas alimentares e energéticas no período atual.

Alimergia é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem, de maneira sinérgica, a *produção de alimentos e de energia com a preservação ambiental*. A **alimergia** visa à *soberania alimentar e energética* das comunidades e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. [...]. Porém, a **alimergia** não é apenas um novo conceito que procura unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um **novo paradigma**, necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro. (GÖRGEN, 2012, p. 54, grifo nosso).

A seguir observemos a **Figura 01** que ilustra o que compreende a estrutura da COOPERBIO e como se porta essa nova experiência camponesa de produção. Estrutura essa que é formada, e visualizada na **Figura 02**, por: Agrofloresta (interação floresta e culturas da ALIMERGIA), Floresta Energética (cultivo diversificado de culturas necessárias para a produção de energia que movimenta as micro destilarias), Micro-Destilarias e Produção agrícola diversificada (policultura). Formando assim, os agroecossistemas complexos camponeses, inerentes à paisagem dos territórios que estão sob a lógica camponesa de produção.

As microdestilarias podem trabalhar com a produção diversificada e o manejo em forma de um ciclo que procura degradar menos possível à natureza, com alta taxa de renovabilidade. A produção pode ser voltada para a cana-de-açúcar, batata doce, mandioca e sorgo sacarino. Essas microdestilarias ainda são capazes de produzir açúcar mascavo, melado, rapadura, cachaça, ração animal, adubo orgânico e álcool. Trabalhando também com sistema de moenda móvel ou fixa (LEAL, 2007).

A COOPERBIO é composta por aproximadamente 800 famílias que, além disso, também compõem o MPA, que traz a discussão política e ideológica desse levante e manutenção do modo de produção camponês. Essa cooperativa, conjuntamente com o trabalho que o MPA faz nessa região do estado do Rio Grande do Sul, tem desenvolvido um modelo agroecológico de produção. Modelo esse que tem como principais contribuições: o manejo sustentável do solo, a diversificação da matriz produtiva regional, o manejo de recursos naturais e uma agroindustrialização a favor da reprodução do território/territorialidade camponesa (LEAL, 2007).



19 a 21 de novembro de 2014
Dourados, MS

- 1º Seminário de Agroecologia da América do Sul
- 5º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul
- 4º Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul
- 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul

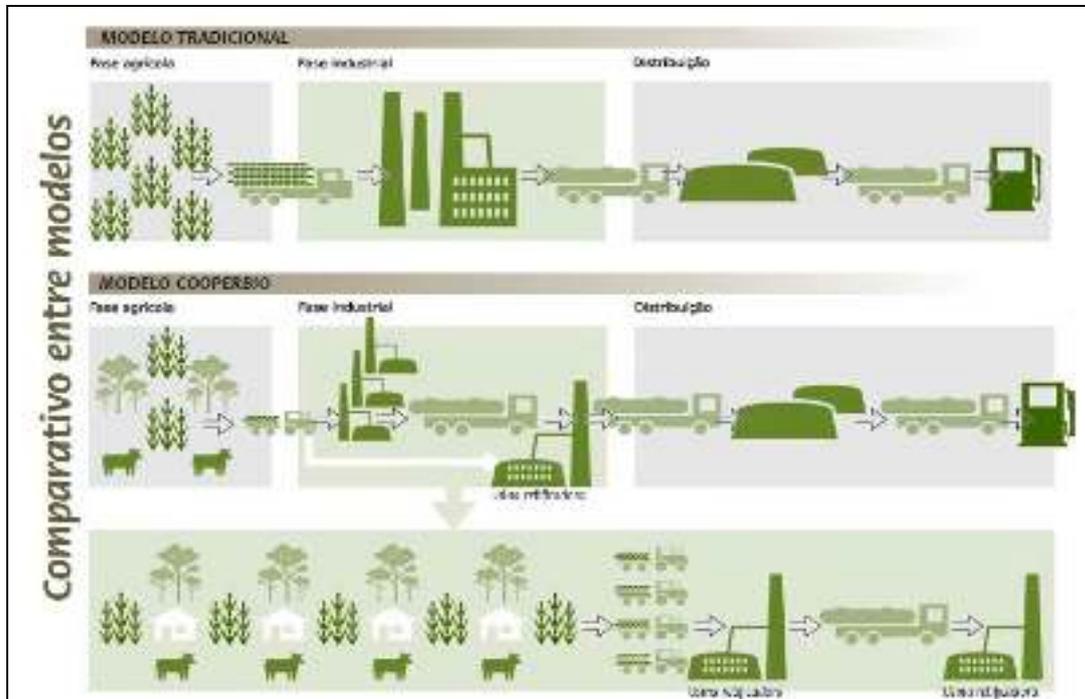


Figura 01 – Comparação entre os modelos de Produção Tradicionais e a COOPERBIO
Fonte: MPA, 2007.



Figura 02 – Experiências da Produção Camponesa em Frederico Westphalen/RS e Caiçara/RS

Fonte: Trabalho de Campo em Frederico Westphalen/RS e Caiçara/RS.
Org.: CUBAS, Tiago E. A. (2010).



Considerações Finais

A Soberania Alimentar e a Soberania Energética são propostas defendidas por um movimento socioterritorial camponês ligado a Via campestre, o MPA. Esse exemplo demonstra a atitude propositiva dos movimentos camponeses. Não basta defendermos a destruição das relações capitalistas e da territorialização do agronegócio no campo, é necessário propor um modelo alternativo a esse modelo que entendemos ser pautado na exploração insaciável do ser humano e da natureza.

Experiências de produção que são válidas, como a que o MPA tem realizado, necessitam de pesquisa e de divulgação. Trouxemos o debate da Soberania Alimentar e da Agroecologia a partir da realidade concreta no exemplo frutífero da cooperativa criada pelo MPA, em consonância com os pequenos produtores da região de Frederico Westphalen/RS.

Entendemos que essa nova lógica produtiva que vem sendo implantada em Frederico Westphalen/RS, e assim por diante no noroeste do Rio Grande do Sul, é algo válido como uma semente que pode gerar frutos importantes para uma reprodução do território camponês (CAMACHO; CUBAS, 2011).

Os territórios camponeses são exemplos de relações socioeconômicas e culturais que tem como base principal na produção de alimentos para o sustento da família e a venda do excedente para o restante da sociedade. Entendemos a agricultura camponesa como sendo a principal forma de garantir a Soberania Alimentar e a produção agroecológica.

Referências

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago. A Recriação dos Territórios Camponeses por meio da Produção de Alimentos e Energia: A experiência do MPA em Frederico Westphalen/RS. **Agrária** (São Paulo. Online), v.1, p.4 - 44, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

_____. **Soberania Alimentar como Território**. Presidente Prudente: [s.n], 2010.

_____; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil**: paradigmas e disputa territorial. [S.l.: s.n.], 2011/prelo.



GÖRGEN, Frei Sergio Antonio. Agrocombustíveis. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 51-57.

_____. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 492-497.

LEAL, Marcelo. COOPERBIO. **Uma Cooperativa do Movimento dos Pequenos Agricultores**. In: ORTIZ, Lúcia Schild. Construindo a Soberania Energética e Alimentar. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2007.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 18 nov. 2011.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em 18 nov. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SHANIN, Teodor. **La Clase Incomoda**: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925). Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial, 1983.

STEDILE, João Pedro. **Soberania alimentar, o que é isso?** Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 42, mar. 2007.

THOMAZ JR., Antônio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar** (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). Revista Geocrítica (Versão resumida). Barcelona, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>>.

WITTMAN, Hannah. **Food Sovereignty**: a new rights framework for food and nature?. Nova Iorque: Environment and Society; Berghahn Journals, 2011. p. 87-105.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.